

**MARCAS ATIVADAS:
ARQUEOLOGIA E ETNOGRAFIA NO QUILOMBO BARRO PRETO**

ACTIVATED MARKS:
ARCHAEOLOGY AND ETHNOGRAPHY IN THE BARRO PRETO QUILOMBO

Gustavo Santos Silva Junior

Como citar este artigo:

SILVA JUNIOR, Gustavo Santos. Marcas ativadas: arqueologia e etnografia no Quilombo Barro Preto. Cadernos do Lepaarq, v. XVIII, n.36, p. 65-82, Jul-Dez. 2021.

Recebido em: 30/05/2021

Aprovado em: 31/07/2021

Publicado em: 14/12/2021

ISSN 2316 8412

Marcas ativadas: arqueologia e etnografia no Quilombo Barro Preto

Activated marks: archaeology and ethnography in the Barro Preto Quilombo

Gustavo Santos Silva Junior^a

Resumo:

Esse texto apresenta o corpus teórico-metodológico elaborado na análise da formação territorial do Quilombo do Barro Preto na cidade de Jequié, Bahia. No ano de 2007 o título de comunidade remanescente quilombola concedido pela Fundação Palmares representou o início do processo de titulação e reconhecimento das terras e propriedades do quilombo urbano. A escrita inicia com uma discussão pautada na arqueologia histórica sobre um assentamento quilombola, em seguida, indica o arsenal da etnografia acionada para a produção de dados visuais e orais, e por fim, compreende o desenvolvimento urbano do Barro Preto a partir da construção do trecho da Estrada Férrea de Nazaré nas primeiras décadas do século XX. Considerando que a constituição de um assentamento quilombola, vai além da noção de antiguidade, e incide na auto-atribuição étnico-racial, pertencimento territorial, marcas materiais e imateriais, laços de parentesco e vizinhança.

Palavras-Chave:

Arqueologia vista de baixo; formação territorial; quilombo urbano

Abstract:

This text presents the theoretical and methodological corpus developed in the analysis of the territorial formation of the Quilombo of Barro Preto in the city of Jequié, Bahia. In 2007 the title of Quilombo Remnant Community granted by Palmares Foundation represented the beginning of the process of titling and recognition of land and property of the urban quilombo. The writing begins with a discussion based on historical archeology about a quilombola settlement, then indicates the arsenal of ethnography used to produce visual and oral data, and finally understands the urban development of Barro Preto from the construction of the Nazaré Railroad in the first decades of the twentieth century. Considering that the constitution of a quilombola settlement, goes beyond the notion of antiquity, and focuses on the ethno-racial self-attribution, territorial belonging, material and immaterial marks, kinship and neighborhood ties.

Keywords:

Archeology from below; territorial formation; urban quilombo.

^a Mestrando no Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - PPGap/UFRB. Apoio financeiro Capes. Email: gustavossjr@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9811-9189>.

ENTRE O MARCO ZERO E AS MARCAS DE UM ASSENTAMENTO

Ao pensar nas barreiras de contenção necessárias para iniciar uma segunda etapa de construção no Ilê Axé Bairá Omo Torrundê¹, que resido com minha família, identifiquei as longas raízes de Iroko, divindade africana, cultuada através da gameleira branca. As longas raízes não possuem um padrão simétrico, mas muito se assemelha ao rizoma, tratado por Deleuze e Guattari, e que o antropólogo José Carlos dos Anjos (2008) utilizou para refletir sobre a religiosidade brasileira. Penso que a imagem do emaranhado das raízes da gameleira branca é o desenho teórico-metodológico desse estudo científico. Muitos caminhos foram necessários percorrer, para uma rota que me levasse ao Quilombo Barro Preto na cidade de Jequié, Bahia fosse traçada. Ao mesmo tempo que assentava meus pés na Arqueologia e no Patrimônio Cultural, revisitava o Direito para que a abordagem sobre o conceito de território, territorialidade, fosse entendido na formulação da vida vivida, e não como uma relíquia empoeirada no tempo.

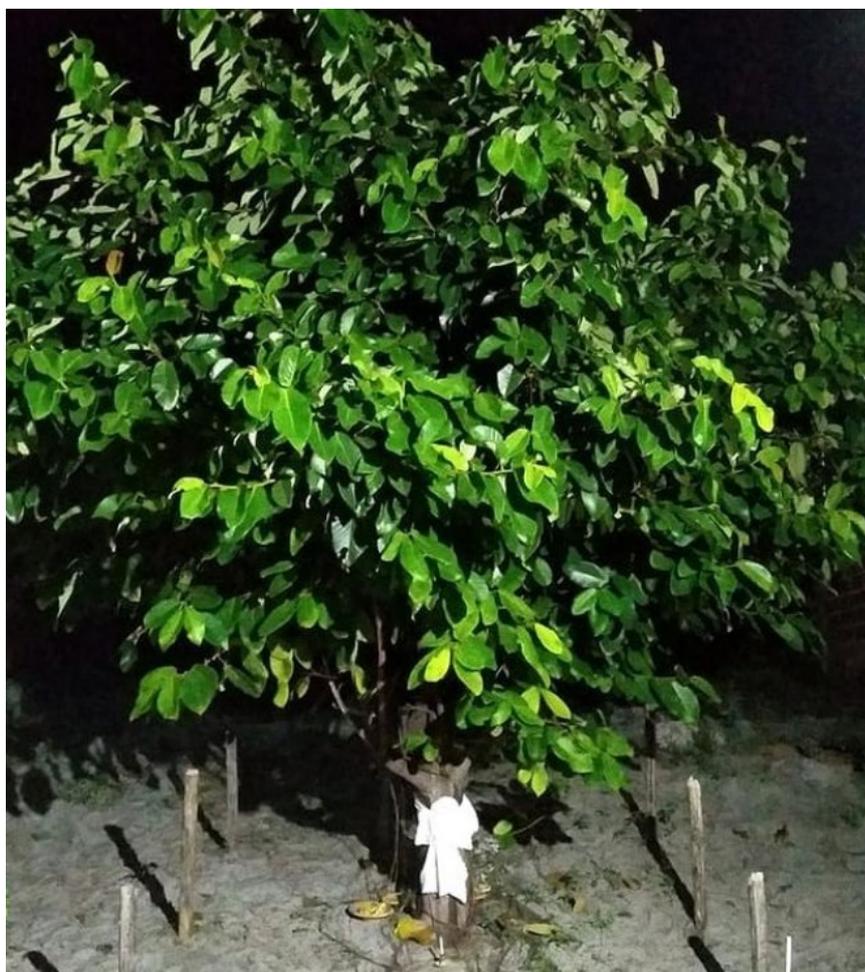


Figura 1. Iroko - gameleira branca - no Ilê Axé Bairá Omo Torrundê. Foto: Gustavo Santos, 2021.

¹ Terreiro de Candomblé localizado no município de Arembépe na Bahia. Fundado pela minha sogra Iyalorixá Giovanilza de Castro e administrado conjuntamente com minha esposa Iyalorixá Luciana de Castro. Sou filho de Ogum, ogã suspenso para o Orixá Obaluayê.

A partir de caminhos longos e que se cruzam, foi possível compreender a formação territorial de um Quilombo urbano, que possui historicidade direta para os primeiros anos do século XX e atualiza a clássica noção de que os quilombos são registros da luta contra escravidão no período colonial. O Barro Preto através de uma narrativa material informa a sociedade mais ampla, que a luta por liberdade e dignidade permaneceu no pós-abolição, e que o trabalho livre para uma população negra até o presente histórico é fundamentado na hierarquia e violência, e que mesmo assim, estratégias pelo bem viver permanecem sendo formuladas.

O Decreto nº 4.887/2003 indica que “quilombos são grupos étnicorraciais segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida”². Para tanto, esse artigo objetiva apresentar o corpus teórico-metodológico utilizado na análise do processo contemporâneo de formação territorial do Quilombo do Barro Preto na cidade de Jequié. O respectivo corpus é formulado a partir de problemáticas que envolvem a arqueologia histórica, a etnografia e os estudos jurídicos.



Figura 2. Mapa do município Jequié, Bahia. Fonte: Google Maps, 2021.

O problema operacional está atrelado à pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em Arqueologia e Patrimônio Cultural com orientação do Prof. Dr. Carlos Etchevarne. A atenção está na identificação dos modos de incidência da ciência arqueológica na efetividade dos direitos territoriais de comunidades quilombolas. Esse problema está diretamente associado à

² Art. 2º do Decreto 4887, de 20/11/2003.

noção de assentamento arqueológico e as marcas que são valorizados na identificação jurídica de territórios quilombolas.

O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou em 8 de fevereiro de 2018, que o decreto presidencial que define os ritos para demarcações de terras quilombolas é constitucional, rejeitando uma ação do antigo PFL (atual Partido Democratas) que pedia a revisão das regras e podia paralisar cerca de 1,5 mil processos. O STF também rejeitou a proposição de “marco temporal” do ministro Dias Toffoli para todas as demarcações de áreas quilombolas e indígenas, ou seja, o direito de reivindicação do território só seria garantido para ocupações até a promulgação da Constituição de 1988. Tal proposição de marco temporal é uma formulação anti-histórica, já que muitas das populações tradicionais, foram expulsas de seus territórios originais antes de 1988.

Nesse caminho, entendo os assentamentos arqueológicos como conjuntos de artefatos, construções, estruturas, restos orgânicos e ambientais de significativa atividade humana podendo ser de caráter rápido, esporádico ou geracional. O padrão de distribuição de sítios é, segundo Araújo (2001, p. 89) a “descrição das relações espaciais que os vestígios arqueológicos apresentam entre si e com a paisagem”. Forsberg (1985) indica que sistemas de assentamento são formados pela descrição dos ciclos anuais, distribuição, formas, funções e hierarquias dos sítios de determinado grupo e período de tempos específicos, podendo ser assentamentos residenciais, atividades específicas e temporárias. Desse modo, a investigação arqueológica busca reconhecer as mudanças que ocorreram ao longo de um determinado tempo e conformaram o assentamento do quilombo urbano Barro Preto enquanto uma dimensão física para habitação e circulação, como também subjetiva, de dimensões simbólicas, imaginativas e mentais em uma específica paisagem (SILVA, 2014, p. 11).

ARQUEOLOGIA HISTÓRICA DE UM ASSENTAMENTO CONTEMPORÂNEO

Segundo Felipe Criado Boado (2012, p.35), “um olhar distante sobre as histórias da modernidade, do pensamento moderno e da disciplina arqueológica”, permite compreender as significativas transformações epistemológicas e substituições de sistemas de referência que ocorreram entre os anos 1970 e 1990 e que impactaram a formação e atuação de arqueólogos (CRIADO BOADO, 2012). Refletindo sobre os territórios quilombolas dentro de cidades e a pensando sobre o que é urbano, identifiquei que os estudos sobre “quilombos” se intensificam somente a partir da década de 1970, quando a temática ganha visibilidade através de trabalhos como o da historiadora sergipana Beatriz Nascimento (OLIVEIRA, 2019, p. 257).

Na década de 1990 jovens pesquisadoras introduzem crítica a arqueologia, a partir do raciocínio narrativo e ausência de rigor analítico das classificações. A influência concentrava-se nas abordagens sistêmicas e adaptativas da arqueologia processual estadunidense, “de base materialista, focada na explanação dos processos culturais e na busca por regularidades e causalidades” (SYMANSKI, 2014, p. 20). Com isso, esse estudo apoia-se na perspectiva de uma “Arqueologia vista de baixo”

(Archaeology from below), pois rompe com as estruturas nacionalista, imperialista e colonialista em que se fundou a ciência arqueológica, além de enfrentar as ambivalências das políticas de representação do patrimônio cultural (FERREIRA, 2008). Trata-se de compreender o patrimônio arqueológico do Quilombo Barro Preto, bairro periférico do município de Jequié, a partir dos marcadores elaborados pela própria comunidade, e não um ajuste dos sentidos e significados impostos pela ciência arqueológica, de cima para baixo.

Schiffer (1990) impulsiona a pensar sobre a “composição dos grupos tarefa e suas formas de recrutamento”, ou seja, o envolvimento das pessoas e atividades na formação desse território nas primeiras décadas do século XX no sudoeste baiano. Também incita investigar, como são “estruturados na organização total do sistema” e como tais organizações mudam no curso da história (SCHIFFER, 1990). Sobre a necessidade de visualizar a totalidade da organização do sistema indicada por Schiffer, acrescenta o princípio binfordiano de abordar os aspectos reunidos em conjunto, porque a pesquisa metodológica só pode ser feita no contexto dos problemas que a longo prazo podem vir a ser solucionados, com atenção especial para as diferenças nos fenômenos estilísticos ou étnicos, nunca de forma isolada (BINFORD, 1983).

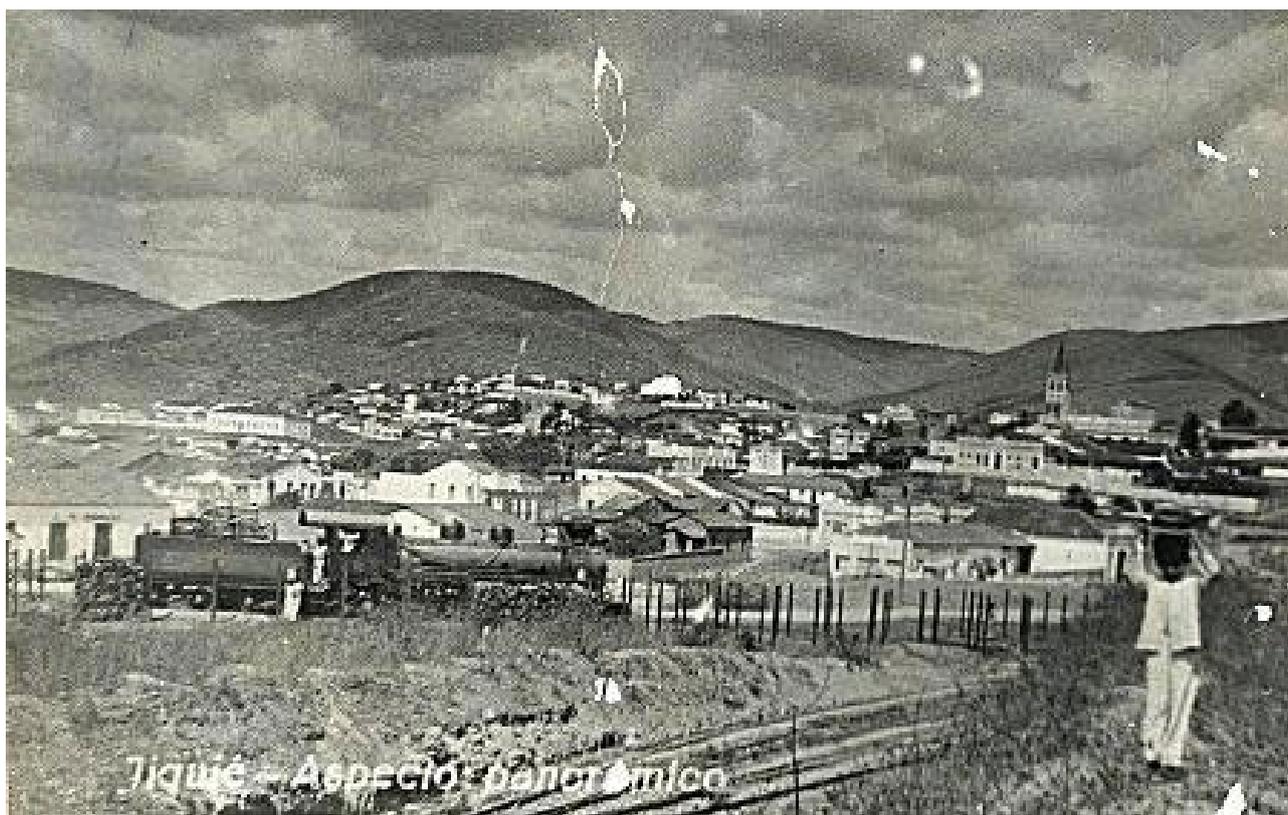


Figura 3. Estrada de Ferro Nazaré, Jequié, Bahia (autoria e ano desconhecido).

Ao se referir a “arqueologia do significado”, a narrativa transita na tentativa de compreender “a sociedade por trás do processo, a cultura por trás do sistema e o indivíduo por trás das leis de conduta” (CRIADO BOADO, 2012, p. 41). É por meio da arqueologia comunitária que a Academia poderá acessar aquilo que embasa a constituição de identidades culturais e a formação das

camadas sedimentares, em que se assentarão os sítios de memória negativa ou positiva. Portanto, essa Arqueologia vista de baixo, pode ser entendida enquanto uma perspectiva da Arqueologia Comunitária, tendo como fundamento a alteridade e a crítica, levando em consideração o outro para conceber as identidades culturais e o próprio trabalho arqueológico (FERREIRA, 2008).

A compreensão de que “o padrão espacial dos vestígios arqueológicos reflete o padrão espacial das atividades passadas”, segundo Schiffer reflete uma hipótese valiosa, mas que, não responde “como um sistema cultural [Quilombo Barro Preto] produz vestígios arqueológicos? Por que existem registros arqueológicos? E quais variáveis interculturais e intraculturais determinam a estrutura dos vestígios arqueológicos?” (SCHIFFER, 1990, p.81).

Isso significa que o mapeamento das marcas materiais e imateriais valorizados na formação territorial quilombola precisam acompanhar os próprios sentidos e valores do Quilombo. Para o caso do Barro Preto, as marcas materiais elencadas a partir da triangulação entre documentação histórica, etnografia e história oral são enumerados como 1. Habitações do período ferroviário (casas de turmas); 2. Estrutura férrea; 3. Fonte d'água; 4. Rio da Manga de Elza; 5. Fazenda de Elza; 6. Campos do índio e da Manga de Elza. Para as marcas imateriais 1. Caruru de São Cosme e Damião; 2. Terreiros de Candomblé; 3. Centros de Umbanda; 4. Feirinha do Joaquim Romão; 5. Artesanato de palha.

Contudo, a “expansão da prática arqueológica” por meio da incorporação de fontes auxiliares, não resultará em “conclusões mais facilitadas” como pontua Criado Boado, quando aplicadas ao estudo arqueológico do Quilombo Barro Preto, pois o protagonismo permanecerá do material e das relações variáveis com a comunidade e o ambiente (CRIADO BOADO, 2012). O estudo do Quilombo Barro Preto impulsiona entender que é indivisível a relação entre as diferentes áreas da vida, portanto não seria possível compreender os processos de trabalho na instalação da Estrada de ferro Nazaré nas primeiras décadas do século XX, sem que sejam verificados aspectos sociais, políticos, ambientais e econômicos no decorrer dos anos seguintes (KELLY et al., 2019).

Logo, a formação do Quilombo Barro Preto está relacionada a historicidade dos grupos que ali vivem, não no sentido de ocupação individual da terra, mas onde sempre predominou seu uso comum. Com isso, ficou evidente que o uso desse território possui relação íntima com as atividades agrícolas, extrativistas e outras, caracterizando a diversidade de uso e de ocupação dos elementos essenciais naquele ecossistema, que partem de “laços de parentesco e vizinhança”, sustentados por “relações de solidariedade e reciprocidade” (O'DWYER, 2002, p. 18-19).

O estudo de Mariana Cabral com os Wajãpi e a apresentação de uma outra formulação de passado, incitou que questões surgissem ao debruçar-me sobre o Quilombo Barro Preto, a partir do que ela define como “processo de ativação da memória”. Esse processo apresenta que não são as explicações em si, mas a maneira como as pessoas usam os dados materiais para construir as narrativas sobre o passado que precisa ser pleiteado em uma pesquisa arqueológica (CABRAL, 2013, p. 117). Com isso, o estudo arqueológico no Barro Preto identifica que marcas materiais e imateriais são ativadas enquanto patrimônios (ARRIETA URTIZBEREA, 2016), tomadas como referência máxima de identidade étnico-racial quilombola, memória e antiguidade do uso e circulação no assentamento territorial.

ETNOGRAFANDO O BARRO PRETO

O campo etnográfico no Quilombo Barro Preto em Jequié, Bahia priorizou o contato com os moradores mais antigos, porém também formulado a partir do *insight*. Recurso narrativo descrito como parte da nova antropologia norte-americana e que deixa de “responder àquela obrigação para com o lado científico, sistematizante e generalizante da empresa antropológica” (PEIRANO, 1992, p. 4). Assim como expressa Geertz (1989, p. 15), esta pesquisa entende que “o homem é um animal amarrado a teias de significado que ele mesmo criou”, portanto os processos etnográficos para mapear os marcadores do território do Quilombo Barro Preto, devem buscar os significados através da metodologia da indução analítica, ou seja, buscar conclusões universais a partir da análise de casos particulares.

O método etnográfico escolhido também fomentou a elaboração de um guia de visitação ao bairro para observação de aspectos urbanísticos tais como arruamento, tipologia edilícia, técnicas de construção, locais monumentais cívicos ou religiosos, entradas e saídas ao bairro, limites intra e extra urbanos, áreas verdes, entre outros. Por essa razão, torna-se essencial conhecer profundamente o bairro quilombola para após coletar referências documentais escritas, orais e iconográficas, saber localizá-las com precisão. Mariza Peirano (1992, p.8) aponta que o “lugar da pesquisa de campo no fazer da antropologia não se limita a uma técnica de coleta de dados”, pois técnica e teoria não devem ser desatreladas, assim como antropologia e a pesquisa etnográfica se formulam na sofisticação da teoria antropológica.

Marc Bloch (2001) vai dizer que a memória é um dado comunicacional e não uma simples rememoração do passado. A memória é uma construção de grupos que produzem significados e ordenações objetivadas, que ocorrem com discordâncias e até distorções conscientes das versões dos fatos. Dessa forma, a criação do guia ou roteiro de entrevista com informantes é fundamental, não para fazer uma sessão de perguntas e respostas, mas sim para saber que o resultado é um conteúdo básico que precisa ser acessado, analisado e refletido. Bloch (2001) revela que os testemunhos mais ricos em detalhes não estão comprovadamente fixados na verdade, mas nas narrativas que revelam o que essas pessoas fazem com suas lembranças.

Em entrevistas informais, focalizadas e por pautas realizadas com “informantes-chaves, especialistas no tema em estudo, líderes formais e informais e personalidades destacadas” do bairro Barro Preto, o estudo volta-se para uma “visão aproximativa do problema pesquisado” (GIL, 2008, p. 111), ou seja, como a Arqueologia pode contribuir para discutir Direitos territoriais de comunidades quilombolas? Garantindo ampla liberdade ao entrevistado, as entrevistas alcançam as experiências vividas em condições precisas de quais são as marcas que são ativadas como patrimônios, as memórias e as relações de significações com o assentamento.

O roteiro de entrevista reconhece o momento de declarada calamidade pública pela pandemia de COVID-19, exigindo que além de entrevistas face a face, também fossem utilizadas ferramentas para acessar os interlocutores; ligações telefônicas, conversas e gravações de áudio de aplicativo de mensagens, vídeo-chamadas e *lives*. Os entrevistados foram selecionados a partir de indicações de

nomes que conduzem à outros interlocutores, iniciando uma rede de conexões pessoais e extensões por todo o território quilombola. As entrevistas com pesquisadoras que realizaram estudos etnográficos nos últimos cinco anos no bairro Barro Preto se fizeram presentes. Os diálogos com os interlocutores acessam dados pessoais, referente a habitação do bairro, a memória festiva, lugares culturais, organizações, dados étnico-raciais, relações de identidade com o quilombo, com a história e com a cidade de Jequié.

Neste sentido, sabendo que a realidade essencial das pessoas, ou seja, o mundo vivencial é constantemente construído na vida cotidiana sob condições anteriormente estabelecidas, entrevistas qualitativas também são utilizadas para mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes, permitindo “esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores em termos mais conceituais e abstratos, muitas vezes em relação a outras observações (BAUER; GASKELL, 2002, p. 65). A pesquisa de campo na Arqueologia e Antropologia, como em outras ciências sociais, utiliza métodos estatísticos, técnicas de *surveys*, aplicação de questionários.

[...] a pesquisa depende, entre outras coisas, da biografia do pesquisador, das opções teóricas da disciplina em determinado momento, do contexto histórico mais amplo e, não menos, das imprevisíveis situações que se configuram no dia-a-dia no local da pesquisa, entre pesquisador e pesquisados [...] (PEIRANO, 2001, p. 9).

O processamento dos dados gerados na pesquisa é quantificado a partir do arcabouço teórico-metodológico da análise de discurso, pois seria inviável desconsiderar a imbricação entre intenção e significação, entre a constituição de um indivíduo em sujeito e a produção de sentido (SANTOS, 2013, p. 154). Neste sentido, a base linguística de processos discursivos ou ainda de processos de significação estão particularmente articulados com processos sócio-históricos, assim como “tudo o que se esconde por trás do uso aparentemente simples do pronome ‘eu’” (FOUCAULT, 2002, p. 330).

As teorias de análise de discurso em Althusser (1999) que versam sobre o funcionamento da ideologia na constituição dos discursos desconsideram a “metalíngua universal supostamente inscrita no inatismo do espírito humano, e de toda suposição de um sujeito intencional como origem enunciativa de seu discurso”, pois, é afetado pelo simbólico, pelo sistema significante” pois todo sentido também está sujeito à língua, na história (SANTOS, 2013, p. 162). Bauer e Graskell (2002) pensam que a imagem e o som oferecem um registro mais poderoso das ações temporais e dos acontecimentos reais, concretos, materiais. Inferem também que a pesquisa social deve estar a serviço de questões teóricas abstratas e que o mundo atual é crescentemente influenciado pelos meios de comunicação pois “o visual” e “a mídia” desempenham papéis importantes na vida social, política e econômica.

A análise de registros fotográficos e fonográficos permitiu compreender as mudanças no bairro Barro Preto, nas paisagens e conteúdos do barracamento, do estado dos corpos aquáticos, do calendário das festividades e celebrações, dos monumentos históricos; “tudo isto, quando adequadamente atestado, testemunhado e controlado quanto ao tempo, lugar e circunstância, pode trazer poderosa evidência ou valor persuasivo” (BAUER; GRASKELL, 2002). Para tanto o diálogo entre a etnografia, as entrevistas, a análise do discurso, de imagens, vídeos e áudios produz conhecimentos

e reflexões importantes para o desenvolvimento de estudos arqueológicos.

Ribeiro (et al., 2017) indica que é preciso colocar minha condição heteronormativa em análise, e me esforçar para escrever a formação territorial do Barro Preto por uma perspectiva feminista, oferecer a ciência arqueológica uma forma de “articular um projeto epistemológico através de uma prática discursiva intervencionista que produza reflexões sobre os sentidos da dominação e as práticas ‘domésticas’ de colonização, inclusive a intelectual” (SCHMIDT, 2006, p. 795). Com isso é preciso que a Arqueologia leve em consideração a localização limitada da produção dos saberes, o conhecimento situado, a recusa da transcendência e que a divisão entre sujeito e objeto como características da objetividade feminista.

FORMAÇÃO URBANA DO QUILOMBO BARRO PRETO

O Município de Jequié está localizado no sudoeste do estado da Bahia, no Território de Identidade Médio Rio de Contas, com população total de 151.895 habitantes, “em que 139.426 habitantes residem nas áreas urbanas e apenas 12.469 nas zonas rurais”, marcado por uma paisagem de declividades “planas, de 0-3 graus, onduladas de 8-20 e forte de 20 a 55 graus e morros aos arredores do distrito sede e no vale do Rio de Contas” (CONCEIÇÃO; MAIA, 2019, p. 48 e 53).

O início da construção da estrada férrea data de 8 de outubro de 1871, chamada de Tram Road de Nazaré, em 1906 passa chamar Estrada Férrea de Nazaré, que finalmente foi inaugurada no ano de 1927, período que Jequié possuía 1.406 casas e cerca de 13.000 habitantes (ARAÚJO, 1997, p. 299). A chegada da linha férrea em Jequié acaba “coincidindo com uma fase em que florescia a agricultura de exportação no Brasil, que se estendeu até a crise de 1929/1930” (ARAÚJO, 1997, p. 297).

Nesse momento histórico “dispor de uma rede urbana em condições de absorver manufaturados exportados da capital, conjugando o comércio com a agropecuária” (ARAÚJO, 1997, p. 299), garantiu a sobrevivência desse povo próximo ao centro urbano que florescia nas idas e vindas do trem, surgindo primeiros elementos do quilombo urbano Barro Preto, que assim como outros agrupamentos quilombolas urbanos, foi constituído por

[...] casas de pau-a-pique, construídas com barro e pequenos troncos de árvores. Plantados em clareiras na mata, os casebres eram rodeados pelas criações de cabras, galinhas, porcos e animais de estimação. Com o tempo, os quilombolas fizeram pequenas roças de milho e mandioca, sem dúvida, um traço da influência indígena (ROCHA; LIMA, 2011, p. 3).

O conceito de urbano está relacionado com processos históricos “desde os primórdios da colonização brasileira ou seguindo outros períodos”, especialmente porque o conceito de cidade no contexto brasileiro considera populações dedicadas ao trabalho no campo e não somente “as aglomerações sedentárias que se caracterizam pela presença de população voltada exclusivamente para as atividades urbanas” (LENCIONI, 2008, p. 121).



Figura 4. Barracamento (Casas de turma) na Rua da Linha. Foto: Gustavo Santos, 2021.

O início do povoamento do Quilombo Barro Preto é descrito por Adriana Sampaio (2017, p. 54) como processo ocorrido com a chegada de “trezentos homens negros, que saíram do município de Maracás-BA” e participaram da construção do trecho da Estrada Férrea de Nazaré. Pelos depoimentos de moradores antigos, foi coletada uma versão de que o barro (argila) encontrado na região, utilizado como meio de sustento de diversas famílias que o utilizavam para a feitura e vendas de artesanatos, era de coloração preta, e que havia um “lugar chamado ‘barracamento’, próximo a estação de trem, onde havia cinzas de carvão que eram jogadas do outro lado do rio ficando a localidade toda suja”.

Uma segunda versão do povoamento surge na pesquisa de Michele Ferreira (2017, p. 150) como a versão adotada pela Fundação Cultural Palmares, descreve a vinda de seiscentos homens negros ao invés de trezentos que trabalharam na construção e manutenção da linha férrea e fixaram moradia na Rua da Linha. A Avenida Nazaré e Rua da Linha se encontram no caminho dos trilhos da estrada de ferro e ainda hoje estão preservadas na memória e na história das comunidades através das casas de turma ou “barracamento”. O “barracamento” é um termo êmico que a comunidade identifica tais construções desenvolvidas para abrigar trabalhadores e armazenar mercadorias da estrada de ferro e da Rua das Vassouras. É preciso enfatizar que a presença Negra na cidade de Jequié, está associada ao período da escravidão colonial quando grupos de trabalhadores chegaram na região comprados por José de Sá Bittencourt, com o objetivo de trabalhar na sede de sua fazenda Borda da Mata, latifúndio onde cresceu, oficialmente Jequié (ARAÚJO, 1997, p.72).



Figura 5. Mapa da Estrada de Férrea de Nazaré. IBGE/CNG. Disponível em: <<http://vfcp.brazilia.jor.br/mapas-ferroviarios/1954-ef-de-Nazare.shtm>>. 1954. Acessado em 06/05/2021.

As casas de turma são apontadas por estudos históricos e arqueológicos como locais pensados para abrigar “sujeitos ordinariamente alijados da história tradicional, operários pobres que sofreram com as duras condições de trabalho”, além de precariedade das moradias” (LINO; MATIAS; ARAÚJO, 2019, p. 92). O resultado de estudos etnográficos desenvolvidos no Quilombo informou que além dos trabalhadores negros, familiares, pessoas de Jequié e cidades da região por onde transitava o trem de ferro, passaram a morar no Barro Preto buscando “ganhar a vida” por meio da “ferrovia ou acompanhando quem nela trabalhava, no comércio, em casas de família ou na feira – um dos principais acontecimentos da região naquele tempo” (SAMPAIO, 2017, p. 55).

Numa das visitas realizadas no Barro Preto acompanhado por Taís Barreto, agente comunitária de saúde que nasceu e cresceu na comunidade, através de indicações de moradores antigos, chegamos na casa “Dona Rita”, mulher preta e senhora de 90 (noventa) anos de idade, reconhecida na comunidade quilombola por ser a última “fazedoura de vassouras” ainda viva. Sentada ali no sofá de sua casa na companhia de um de seus filhos, com postura um pouco curvada e mãos calejadas nos recebeu e ao ser indagada sobre seu ofício, dona Rita informou:

Hoje ninguém nem sabe como é, aqui mudou muito. Eu morava lá em Santa Rosa, foi as criatura lá que me ensinou, tem hora que queria ensinar, tem hora que não ensinava. Foi com que eu acabei de criar meus filhos, com a graça de Deus, fazia vassoura, criava porco. As palhas eu pegava era longe, é nesse fim de mundo, tinha vez que até do outro lado rio a gente pegava palha, tem hora que eu me deito assim e “alembro” o tanto que eu já passei minha fia, mas graças a Deus, venci. Se Deus me der licença eu vou completar 91 (noventa e um) anos dia 2 (dois) de abril, Deus é quem sabe. A gente o dia de agora e não o dia da tarde e da noite. Dia de sexta e dia de sábado eu levava as vassoura, minhas vassoura era tudo de

entrega, se eu amarrasse 4 (quatro) ou 5 (cinco) dúzia de vassouras era tudo de entrega. Dia de domingo buscava lenha e pegava água no rio, e hoje eu tenho “ranchinho”, tem uma pia pra lavar roupa, tem banheiro pra usar, graças a Deus (Quilombo Barro Preto, março, 2021).

O conceito de cidade vem sendo descrito como “um objeto espacial que ocupa um lugar e uma situação” (LÉFÈBVRE, 1972, p. 65), mas que inevitavelmente “responde aos conteúdos sociais ao longo do tempo histórico”, numa interação dialética entre cidade e urbano que decorre “pelo fato de que o urbano é a forma da simultaneidade, da reunião, da convergência, enquanto que a cidade é a forma material (prático sensível) que viabiliza ou não o urbano” (ARAÚJO, 2012, p. 138).

Ao pensar como se organizam os sistemas territoriais Claude Raffestin informa que a dimensão de uma malha nunca ou quase nunca corre de forma aleatória, “pois cristaliza todo um conjunto de fatores, dos quais uns são físicos, outros humanos: econômicos, políticos, sociais e/ou culturais” (RAFFESTIN, 1993, p. 153). É possível observar no mapa, a organização espacial das ruas e moradias do Barro Preto seguiu a lógica de interesse da “territorialidade, do quadro da produção, da troca e do consumo das coisas”, pois é sempre uma relação dos indivíduos e grupos com a produção do sistema territorial, determinando ou condicionando uma consumação deste (RAFFESTIN, 1993, p. 161).

Ainda em Claude Raffestin as “tessituras, nodosidades e redes criam vizinhanças, acessos, convergências, mas também disjunções, rupturas e distanciamentos que os indivíduos e os grupos devem assumir”(RAFFESTIN, 1993, p. 144), por tanto cada sistema territorial segrega sua própria territorialidade, que os indivíduos e as sociedades vivem. A territorialidade se manifesta em todas as escalas espaciais e sociais, está consubstanciada em “todas as relações e seria possível dizer que, de certa forma, é a ‘face vivida’ da ‘face agida’ do poder”” (Ibidem., p. 144).

O autor Parejo Afonso (2012, p. 857) aplica o conceito de ordenamento territorial no direito administrativo na condição de atividade estatal que visa ordenar as atividades de intervenção territorial, mas que ultrapassa essa esfera e atinge outras áreas do direito por se tratar do campo que tem condão de materializar políticas de redução de desigualdades e de proteção dos direitos humanos. Os objetivos do ordenamento jurídico brasileiro no trato do direito territorial devem confluir conceitos do direito ambiental e do direito urbano, pois “assegurar a qualidade de vida significa garantir a prestação do mínimo vital (moradia, alimento, educação, segurança, saúde) a cada cidadão” conforme os princípios de desenvolvimento urbano social, ambiental e econômico (BRASIL, 2014, p. 87).



Figura 6. Rua da Linha férrea e Barracamento. Produção: Gustavo Santos, 2021.

A população remanescente, residente na zona periférica da cidade de Jequié, reivindicou com apoio do “Centro de Promoção Social da Comunidade e Creche Senhor do Bonfim, PANGEA, Associação de Moradores do Barro Preto, UNEJE, Associação dos Terreiros de Candomblé, além de representantes de outras entidades que defendem as questões raciais a exemplo da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB)”³, o reconhecimento dos aspectos culturais, religiosos, políticos, econômicos e demográficos da localidade do Quilombo do Barro Preto.

No ano de 2007 o título⁴ de comunidade remanescente quilombola concedido pela Fundação Palmares representou o início do processo de titulação e reconhecimento das terras e propriedades no bairro Barro Preto. A mudança de nome da escola ora denominada Colégio Estadual Duque de Caxias para Colégio Estadual Doutor Milton Santos⁵ denuncia o processo de retomada da comunidade quilombola. No interior da instituição escolar, oficinas de artes como capoeira, dança e música aliadas à incorporação da História da Cultura Africana e Afro-brasileira atua como valioso instrumento de acesso aos estudantes e comunidade, aos mecanismos disponíveis de promoção da cultura e da identidade NEGRA.

³ Disponível em: <<http://tiagoenriqueinfoco.blogspot.com.br/2007/03/quilombo-urbano-em-jequi-ba.html>>. Acessado em 14/12/2017.

⁴ Sob o LIVRO DE CERTIDÃO GERAL nº 9, Registro nº 919, fl 33, em 01/03/2007, Diário Oficial da União nº 49, 13/03/2007, portaria nº 25, 07/03/2007.

⁵ As escolas quilombolas foram regulamentadas constitucionalmente com a criação de Diretrizes Curriculares Nacionais específicas em 2012; produto de um contexto político anterior, iniciado na década de 1980. Determinou-se, portanto, que a Educação Escolar Quilombola ocorresse no interior do território com foco nas particularidades culturais e étnico-culturais de cada contexto social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As múltiplas faces do Quilombo urbano Barro Preto são o resultado da negociação e reivindicação política com caráter étnico-racial de direitos sobre a terra e da denúncia das desigualdades econômicas fruto da administração pública. Esse confronto entre o espaço do comum de uma comunidade e o espaço público de relação com a sociedade mais ampla, tensionaram e modelaram a formação de ruas, vielas, córregos, praças e campos. Potencializou marcos patrimoniais, lugares e construções habitacionais diante ao trabalho no pós-abolição até o presente histórico. Portanto, a configuração do tecido urbano do Quilombo Barro Preto deve ser compreendida como organismo vivo e dinâmico de sistemas territoriais de uma comunidade essencialmente heterogênea e que historicamente vem elaborando e aperfeiçoando estratégias de sobrevivência e de resistência.

A importância do campo arqueológico contribui para compreender “as comunidades locais, suas interpretações do passado e seus interesses políticos e sociais” (COPÉ; DEITOS ROSA, 2008, p. 4) permite compreender o patrimônio como resultado de processos de ativação e de relações situadas. Logo, àquela imagem das grandes escavações de sítios individuais tem cedido espaço a potência da prospecção no desenvolvimento de estudos regionais, ou mesmo sobre aquilo que está sob a superfície. Ao priorizar uma metodologia voltada para identificar as marcas materiais e imateriais de um assentamento quilombola a partir dos próprios termos da comunidade, a instância jurídica é fortalecida para reconhecer um território como tradicional através da relação intrínseca entre antiguidade e modos de pertencimento ao assentamento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTHUSSER, Louis. *Sobre a Reprodução*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1999.
- ARAÚJO, James Amorim. Sobre a cidade e o urbano em Henri Léfèbvre. *Espaço e Tempo*. São Paulo, Nº 31, p. 133 - 142, 2012.
- ARAÚJO, Emerson Pinto de. *A nova história de Jequié*. Salvador: GSH Editora, 1997.
- ARAUJO, Astolfo Gomes de M. *Teoria e método em arqueologia regional: um estudo de caso no Alto Paranapanema, Estado de São Paulo*. Tese (Doutorado em Arqueologia). MAE/USP, São Paulo, 2001.
- ARRIETA URTIZBEREA, Inaki. *Activaciones patrimoniales e iniciativas museísticas ¿Por quién? Y ¿Para qué?* País Vasco, Argitalpen, Servicio Editorial de la Universidad del País Vasco, 2016. Disponível em: <<http://docplayer.es/24543886-Activaciones-patrimoniales-e-iniciativas-museisticas-por-quien-y-para-que.html>>. Acesso em: 23 nov. 2016.
- BAUER, Martin W. GASKELL, George. *Pesquisa qualitativa com texto: imagem e som: Um manual prático*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- BLOCH, Marc Leopold Benjamin. *Apologia da História: O ofício do historiador*. Apresentação: Lilia Moritz Schwarcz; Tradução: André Telles. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- BRASIL, Luciano de Faria. Por um Direito do Ordenamento Territorial: Elementos Preliminares para um Modelo Integrado de Direito Urbano-Ambiental. *Revista Magister de Direito Ambiental e Urbanístico*. Nº 52, Fev-Mar, 2014.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo 2018*. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/jequie/panorama>>. 2018. Acessado em: 04.04.2021.
- BINFORD, Lewis R. *Em busca do passado. Fórum da História*. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.
- BRASIL. Decreto Nº 4.887, de 20 de novembro de 2003. *Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos*. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acessado em: 21 de novembro de 2020.
- CABRAL, Mariana Petry. “E se todos fossem arqueólogos?": experiências na Terra Indígena Wajãpi. *Anuário Antropológico/2013*, Brasília, UnB, v. 39, n. 2, p. 115-132, 2014.
- CRIADO BOADO, Felipe. *Arqueológicas. La razón perdida*. Barcelona: Bellaterra, 2012.
- CONCEIÇÃO, Renildo Santos da; MAIA, Meirilane Rodrigues. Aspectos ambientais de Jequié-Ba: subsídios para planejamento e gestão do território. *Revista Georaguaiá*, Barra do Garças - MT, v.9, n.1. p.45-60, 2019.
- COPÉ, Sílvia M., DEITOS ROSA, Carolina A. *A Arqueologia como uma prática interpretativa sobre o passado no presente: perspectivas teórico-metodológicas*. Projeto Arqueologia e Pré-história do Planalto Sul Brasileiro. UFRS, 2008.
- DOS ANJOS, José Carlos. A filosofia política da religiosidade afro-brasileira como patrimônio cultural

africano. *Debates do NER*, Porto Alegre, ano 9, n. 13, p. 77-96, JAN./JUN. 2008.

FERREIRA, Lúcio, Menezes. Sob fogo cruzado: Arqueologia comunitária e patrimônio cultural. *Revista Arqueologia Pública*, Campinas, SP, no 3, p. 81-92, 2008.

FERREIRA, Michelle Gomes Freitas. *Conhecimentos étnico-raciais e formação de professores de uma escola quilombola: a emergência da africanização e descolonização do processo formativo*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Jequié, 2017.

FORSBERG, Lars L. *Site variability and settlement patterns*. Tese (Doutorado). Umea, University of Umea, 1985.

FOUCAULT, Michel. Lacan, o “Liberatore” da Psicanálise. In: _____. *Problematização do Sujeito: psicologia, psiquiatria e psicanálise*. Tradução de Vera Lucia Avellar Ribeiro. Rio de Janeiro: Forense Universitária, p. 329-330, 2002.

GIL, Antônio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6ª edição. São Paulo: Atlas, 2008.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1989.

KELLY, Patrícia; FUENZALIDA, Nicole; REBOLLEDO, Sandra; ÁGUILA, Nicolás; SELPULVEDA, Jairo. “Si la arqueología no me sirve para entender lo que pasa en mi país ahora, de verdad no vale la pena”. Entrevista a Luis Guillermo Lumberras. *Boletín de la Sociedad Chilena de Arqueología*, Número 49, 2019.

LÉFÈBVRE, Henri. *Le retour de la dialectique: 12 mots clef pour le monde moderne*. Tradução Margarida Maria de Andrade, Paris: Messidor/Éditions Sociales, 1986.

_____. *Espacio y política: El derecho a la ciudad, II*. Barcelona: Ediciones península, 1972.

LENCIONI, Sandra. Observações sobre o conceito de cidade e urbano. *Espaço e Tempo*, São Paulo, Nº 24, p. 109 - 123, 2008.

LINO, Jaisson Teixeira. MATIAS, Everson Semler. ARAÚJO, Fábio. Casas de turma da ferrovia do Contestado, Santa Catarina: Um olhar arqueológico. *Rev. Arqueologia Pública*: Campinas, SP v.13 n.2 p.79, Campinas, 2019.

O'DWYER, Eliane Cantarino. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

OLIVEIRA, Regina Marques de Souza (Org.). *Pedagogias e Tecnologias em Quilombos: Conquistas e Novos Desafios*. Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Cruz das Almas, 2019.

PAREJO ALFONSO, Luciano. *Lecciones de Derecho Administrativo. Orden económico y sectores de referencia*. Valencia: Tirant Lo Blanch. Disponível em: <https://www.academia.edu/25782275/Lecciones_de_Derecho_Administrativo_Luciano_Parejo_Alfonso> 2012. Acessado em: 01.04.2021.

PEIRANO, Mariza. *A favor da etnografia*. Série Antropologia. Brasília, 1992.

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática, 1993.

ROCHA, Lorena Maria. M.; LIMA, Irenilda de S. A História do quilombo anunciado em seu tambor: a música da nação Xambá como forma disseminadora da sua identidade cultural. In: *Anais do XI Congresso Luso Afro-Brasileiro de Ciências Sociais*. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/15146815-A-historia-do-quilombo-anunciado-em-seu-tambor-a>>

musica-da-nacao-xamba-como-forma-disseminadora-da-sua-identidade-cultural.html>. 2011. Acessado em: 31.03.2021.

- RIBEIRO, Loredana.; SILVA, Bruno. S. R. da.; SCHMIDT, Sarah.; PASSOS, Lara. A saia justa da Arqueologia Brasileira: mulheres e feminismos em apuro bibliográfico. *Revista Estudos Feministas*, vol. 25, n. 3, set.-dez, p. 1093-1110, 2017.
- SAMPAIO, Adriana Cardoso. *Mulheres Griôs: Um estudo etnográfico sobre identidades étnicas e de gênero no Quilombo Urbano Barro Preto em Jequé-Ba*. Dissertação (Mestrado em Relações Étnicas e Contemporaneidade). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, UESB, Jequié, 2017.
- SANTOS, Lucas de Jesus. Sujeito e sentido na análise do discurso. *Revista Ao pé da Letra*, Volume 15.1, 2013.
- SCHIFFER, Michael B. Contexto arqueológico y contexto sistémico. *Boletim de antropologia americana*. Portugal, 1990.
- SCHMIDT, Rita Terezinha. “Refutações ao feminismo: (des)compassos da cultura letrada brasileira”. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 765-799, 2006.
- SYMANSKI, Luís Cláudio Pereira. “Arqueologia – antropologia ou história? Origens e tendências de um debate epistemológico”. *Tessituras*, v. 2, n. 1, p. 10-39, jan./jun. 2014.
- SILVA, Mariane Moreira da. *O conceito de sítio arqueológico: breve histórico de sua evolução conceitual e considerações sobre sua aplicação na pesquisa arqueológica*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2014.